



Efeitos da pandemia penalizam mais os imigrantes, também em Portugal

Equipa coordenada por investigadora do Instituto de Higiene e Medicina Tropical fez o primeiro estudo comparativo no país sobre as consequências da covid-19 em famílias imigrantes e nativas residentes na Amadora. Resultados preliminares mostram pela primeira vez dimensão do problema e apontam a necessidade de reforço dos serviços de saúde.

FILOMENA NAVES

Maria, vamos chamar-lhe assim, é imigrante – vive na Amadora. Jovem, e mãe de um filho pequeno, tinha chegado há pouco a Portugal quando tudo se precipitou. Foram os dias alucinantes do início da pandemia e do estado de emergência, com o fecho de escolas, lojas e serviços, e o confinamento generalizado. Como tantos outros, Maria teve de ficar em casa com o filho – trabalhava sem contrato no setor dos serviços –, e acabou por ficar sem salário. Foi por essa altura, ainda em março, que descobriu que estava grávida – nada, mesmo nada, estava a ser fácil.

Sem médico de família, e com a comunicação com o centro de saúde reduzida a linhas telefónicas saturadas, Maria teve de esperar quatro meses para conseguir a primeira consulta de saúde pré-natal.

Embora com outros contornos ou pormenores, o caso de Maria não é único nesta pandemia ainda sem fim à vista. Há muitas outras situações de perda total ou parcial de salários, que geraram mais pobreza e dificuldades. De uma maneira ou de outra, a covid-19 – e o que ela trouxe consigo – tocou a todos, nativos e imigrantes. Mas são estes os mais vulneráveis aos seus efeitos e os mais atingidos por eles.

Esta é a grande conclusão do primeiro estudo que avaliou em Portugal as consequências da pandemia de covid-19 nas famílias imigrantes, em comparação com as nativas no concelho da Amadora.

“Os nossos resultados mostram que a situação é difícil para todos, mas ela é ainda mais negativa para as famílias imigrantes, que estão mais expostas aos problemas socioeconómicos causados pela crise sanitária”, resume a investigadora Maria do Rosário Martins, do Centro de Investigação Saúde Global e



Medicina Tropical do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), que coordenou a investigação.

O estudo foi feito com base num inquérito telefónico e contou com a participação decisiva do ACES, o Agrupamento dos Centros de Saúde da Amadora, e da ONG AJPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde.

Os dados recolhidos e analisados pela equipa, que avaliou 420 famílias – 217 imigrantes e 203 nativas –, mostram que os efeitos da pandemia penalizam mais as famílias imigrantes do que as nativas em todas as frentes. Na perda de emprego e de ordenado ou na diminuição do rendimento por quebra de salário, em dificuldades acrescidas no acesso aos cuidados de saúde, e até na impossibilidade de pagar contas e comprar alimentos.

Estas diferenças eram, de algum modo, expectáveis. Estudos de outros países e dados de barómetros apontavam nesse sentido, mas Ma-

ria do Rosário Martins acabou por se surpreender com a diferença, maior do que esperava, no impacto negativo da covid-19 nos dois grupos. “72% das famílias imigrantes dizem que o rendimento mensal do seu agregado familiar diminuiu devido à situação de pandemia, enquanto nos nativos esse valor é 49%”, adianta. “É uma diferença muito grande, tendo em conta, por exemplo, os níveis de escolaridade de ambas as comunidades, que são comparáveis entre si.”

Este é um dos valores mais disparados, mas não é o único em que os imigrantes mostram mais perdas. Do total dos entrevistados que tinham emprego antes da pandemia, 46% tiveram de ficar sem trabalhar e sem receber ordenado, ou uma parte dele, durante algum tempo, mas nos imigrantes o valor foi superior: 57%, em comparação com 35% dos nativos. Na perda de rendimento mensal essa diferença agudizou-se ainda mais.

Em consequência disso, 30% de todos os agregados familiares referem que tiveram de adiar o paga-

mento de rendas, prestações de crédito ou despesas de água e luz, mas mais uma vez esse valor “é consideravelmente superior nos imigrantes (39%) do que nas famílias nativas (23%)”, nota a investigadora.

Em relação ao confinamento e às aulas à distância, chega a 20% o número de famílias imigrantes que dizem não ter um local em casa para os filhos terem aulas à distância. Já nos cuidados de saúde durante a pandemia, foi no acesso às urgências que houve diferenças: 46% dos imigrantes que tiveram de recorrer a elas disseram ter tido dificuldades acrescidas devido à pandemia, por comparação com 12% dos nativos.

“Nas famílias imigrantes, os efeitos económicos e sociais da pandemia surgem exacerbados, expondo as vulnerabilidades que já lá estavam”, diz a investigadora, que conhece bem estas famílias, já que as segue há dois anos no âmbito de outra investigação para avaliar a evolução da saúde infantil em ambas as populações.

O seu perfil sociodemográfico mostra que os imigrantes, maioritariamente oriundos dos países africanos lusófonos, “têm empregos mais precários, rendimentos médios inferiores, menos gastos em saúde e casas mais sobrelotadas do que as famílias nativas”.

O financiamento de projetos em covid-19 pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) foi a oportunidade para avançar com o novo trabalho e os resultados preliminares aí estão, no que “é o primeiro estudo a fazê-lo para Portugal, e dando uma dimensão concreta ao problema”, diz a investigadora.

Não menos importante, nas situações de carência mais aguda diagnosticadas pela equipa, a participação no projeto do ACES e da AJPAS como parceiros fez a diferença, com a AJPAS a fornecer alimentação aos agregados familiares que tinham ficado sem rendimentos ou a apoiar a procura de emprego para quem o tinha perdido.

Maria, que conhecemos no início, também viu o seu problema da consulta médica resolvido, três dias depois de a equipa do IHMT ter identificado a situação.

Os dados vão ainda ser trabalhados e os resultados definitivos deverão ser publicados dentro de quatro meses, mas os alertas aí ficam. “Sabemos que as condições económicas e sociais têm impacto na saúde das populações a prazo e é expectável que isso se reflita nas famílias mais afetadas. O sistema de saúde terá de se preparar para isso”, conclui Maria do Rosário Martins.

▲ A investigadora Maria do Rosário Martins, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa, segue há dois anos as 420 famílias residentes na Amadora que participaram no estudo.